



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS  
**Direcção Nacional de Políticas Marítima e Pesqueira**

**COMISSÃO CONSULTIVA DO POEM**

**Análise e Comentários do Relatório E4 - Inventário e Caracterização Ambiental – POEM**

**1. Comentários Gerais**

- Na referência aos dados demográficos (distribuição e ocupação da zona costeira pela população), deve usar dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas – INE (Censo da população 2019), o relatório faz referência que 42% da população está na zona costeira, esses dados carecem de actualização.
- O relatório mistura constatações e realidades factuais no ordenamento jurídico nacional, isto é, deve haver diferenciação do que o consultor propõe e os factos constatados. Ex.: Centro de Coordenação de Operações Marítimas – CEPMAR e Sistema de Administração Marítima, são instituições que não existem, esta informação deve constar no relatório como tal.
- É desnecessário fazer uma abordagem exaustiva, da estrutura orgânica, atribuições e competências dos diferentes sectores chaves.
- Incluir o turismo como um dos principais usos ou actividades na zona costeira, do mesmo modo que é referenciado para agricultura, comércio, pesca, etc;
- No que respeita aos instrumentos internacionais, continentais e regionais, bem como a legislação nacional, é importante falar de como é que esses instrumentos e legislação influenciam (enquadram) no processo de Ordenamento do Espaço Marinho, e não fazer uma descrição exaustiva desses instrumentos. (Ex.: convecção sobre peixes migratórios traz muito detalhe).

- No que concerne a agricultura, é importante abordar o impacto que agricultura tem na zona costeira (ex.: erosão, poluição por fertilizantes ou outras utilizações, etc. );
- O relatório não faz abordagem do sector de recursos hídricos, Não se encontram matérias no documento sobre o Sector de recursos Hídricos. (Ex. legislação referente aos recursos hídricos).
- Os Mapas devem ter uma escala mais visível e legenda na língua portuguesa;
- No relatório os quadro e figuras, devem indicar o número referente ao respectivo quadro ou figura, para facilitar a leitura e acompanhamento da informação citada, em vez de figura ou quadro seguinte;
- Tabela 6.16 – rever o título da tabela que faz referencia aos anos 2014 – 2018, mas o texto faz análise de 2009 a 2018
- Idem tabela 6.18 (mesmo comentário acima). O texto só faz referencia aos anos 2017 – 2019.
- Pag. 139, tabela 6.25 retificar a designação e siglas das instituições do Estado que prestam serviços á pesca, de acordo com o Estatuto Orgânico do MIMAIP
- Na legislação nacional, incluir o decreto 42/2018 de 24 de Julho, sobre o Património de Estado, considerando que o mar é património do Estado;
- Clarificar o que se pretende ao trazer Investigação Científica neste capítulo, o texto sobre investigação científica é repetitivo, já foi abordado no Tomo 3. Deveria-se falar da investigação na perspetiva de como a inovação tecnológica pode trazer melhoria no ordenamento marítimo. Por outro lado, deve-se explorar mais o REICIM que foca na pesquisa e investigação marinha.

## 2. Comentários Específicos

### Matriz de Análise e Comentários do Relatório E4 - Inventário e Caracterização Ambiental - POEM

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
<b>Tomo 1 - Enquadramento</b>				
Pág. 1	Nota Introdutória	3º	Na nota introdutória, 3º parágrafo, substituir Conselho Consultivo por Comissão Organizadora, e o número de membros neste momento são 14.  visava obter dados de base, em face das lacunas identificadas. Na verdade, o reporte ora produzido tem como principal óbice a qualidade dos dados de base, o que se reflecte na homogeneidade, qualidade e profundidade com que os vários temas são tratados TERMINOLOGIA: substituir MITADER por MITA	
3	Relatório de Inventário e Caracterização. Descrição Geral		<ul style="list-style-type: none"> <li><b>identificação na Fase seguinte, para a identificação de compatibilidades e incompatibilidades de usos, actividades e funções, de áreas de conflitos potenciais, das áreas prioritárias para alguma actividade, etc..</b></li> <li><b>impactos sobre o K natural</b></li> </ul>	
Pág. 10	Objectivos	1	<b>Corrigir:</b> Os TdR foram elaborados pelo MIMAIP sob coordenação da DIPOL, com financiamento do Banco Mundial	
15	Condicionantes legais ao processo de planeamento e ordenamento espacial marítimo		3.2.1., - ORTOGRAFIA: corrigir adaptação. Deve ser adopção	
14	Convenções e outra Regulamentação		Pag 15 e 16. De salientar a inclusão das metas do ODS 14, para as quais o SWIOFISH contribui	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
	Internacional			
24	3.2.2 Legislação Nacional		<p>Seria útil uma tabela sumarizando as varias leis e decretos com impacto no espaço marítimo assim como as implicações sectoriais da mesa (quem fala com quem, alguma lei ou decreto com precedência sobre outra - por exemplo MIREME pode licenciar áreas de exploração sem falar com MIMAIP? MITA pode emitir licenças ambientais sem ouvir MIMAIP; Áreas definidas como prioritariamente de Defesa e Segurança; áreas pré identificadas como de risco climático, eg. ciclones e erosão). Esta tabela pode também identificar eventuais falhas ou contradições entre Leis sobre o mesmo espaço. Servirá ainda para que cada membro da Comissão Consultiva possa comentar sobre a intervenção do seu Ministério e levar o assunto ao seu respectivo Conselho Técnico.</p> <p>Ainda, importante levantar neste capítulo, e na Comissão Consultiva, a pergunta sobre a aprovação do PNDDT pelo CM e calendário para apresentação na AR, uma vez que a POLMAR recomenda, tal como na Lei do Mar, a integração do POEM no PNDDT. Dado que no PQG a aprovação do POEM está como indicador de resultado mas o PNDDT não é mencionado, será necessário entender como se faz o alinhamento.</p>	
106	Programas e Planos Territoriais com incidência no Espaço Marítimo		<p>Excelente apresentação das interações dos vários planos a nível do Distrito, inclusive com PNDDT e PLA (ver fig. 3.12, pag 120) e com planos de manejo ANAC (quadro 3.3. pag 122).</p> <p>*Pag. 120 - Abordagem metodológica aos PLAs, exemplo Macomia. Seria útil fazerem este mesmo exercício para todos os distritos de intervenção do SWIOFISH, ganhando assim uma abordagem pragmática a implementação das recomendações de mitigação e adaptação climática.</p>	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
131	Articulação com o PNDD		Nada a referir a não ser valorizar a importância dada pelo MIMAIP e pela consultora nesta interação e em ressaltar as áreas de interesse comum e de referência ao quadro legal. Muito importante os mapas onde se apresentam eventuais conflitos de uso e a visão e racional para o conteúdo proposto pelo PNDD e , conseqüentemente, POEM.	
169	Síntese de Benchmark		<p><b>Benchmarking.</b> Seria importante, para aqueles planos de caráter nacional ou regional, que se descrevesse, brevemente, para cada um dos casos o arranjo institucional para o ordenamento do espaço marinho nacional - quem liderou a preparação dos planos, a que nível é aprovado, como é ou não supervenientes instrumentos sectoriais, etc. Os subtítulos na seção da Austrália parecem repetidos. Verificar se não há erros</p> <p>p.205. Pela descrição, fica difícil entender bem a diferença entre as diferentes classes, principalmente entre a área de preservação do santuário e reservas ecológicas.</p> <p><b>Jamaica.</b> Seria interessante ter uma nota sobre os tais santuários de peixes rotativos (como funcionam, rotativo em que frequência).</p> <p>Além disso, o ponto-chave de entender seria porque não houve avanços na formalização do plano, se já se estava bastante avançado desde 2015? Este poderia ser um elemento importante para Moçambique.</p> <p>p.236. <b>Portugal.</b> Qual o critério para definir essas actividades listas como não sendo objectos de espacialização. Não foi possível depreender facilmente o que elas têm em comum.</p> <p>Seria interessante incluir mais mapas do exercício em Portugal para referência. Também não ficou claro o ponto de último de situação do processo naquele país.</p> <p><b>p.254. Linhas de orientação.</b> Seria bom tornar as linhas</p>	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			<p>propostas mais claras.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O segundo bullet point sobre interesse público não é claro.</li> <li>• O terceiro ponto refere a necessidade de equilibrar "reivindicações de interesse nacional e de outros interesses públicos", sem estar de forma nenhuma clara a que se refere.</li> <li>• "incorporação de uma componente nacional nos projectos de exploração de recursos naturais e, em particular, do gás". Não entendo porque isto seria uma linha orientadora do "ordenamento do espaço marítimo". Para mim parece fora de lugar.</li> <li>• "A promoção da produção energética de fontes renováveis offshore". Não está clara qual a linha orientadora aqui.</li> </ul> <p>p.256. É legítimo o objectivo de "endogeneização" do desenvolvimento, mas não me parece algo a priori crucial para o ordenamento do espaço marítimo. Parece a colocação, nesse sentido, fora de lugar.</p> <p>Quadro 4.2. pag 247; Fig 4.35 pag. 250. Muito útil. Seria importante se a TPF pudesse incluir uma análise SWOT e uma indicação de ganhos e perdas nas varias escolhas e modelos apresentados, para melhor partilhar com a Comissão Consultiva os desafios e oportunidades de cada escolha.</p>	
176	Classes e subclasses de zoneamento	3	Incluir nota explicando o que é NATURA 2000, sendo a primeira referência	
<b>TOMO 2 - Caracterização Geral</b>				
1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESPAÇO MARÍTIMO DE	1	É fundamental referir aqui que trata-se da área de terra firme, sem incluir o espaço marítimo nacional, pois segundo a POLMAR a superfície de Moçambique é de <b>1.371.380</b>	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
	MOÇAMBIQUE E ZONAS COSTEIRAS		<b>Km<sup>2</sup></b> Há também divergência nos números referentes a área de terra firme: <b>POLMAR – 786.380 Km<sup>2</sup></b> e Proposta 784.032 km <sup>2</sup>	
Pag. 2		1	Dados divergentes aos da POLMAR (572.000 Km <sup>2</sup> ) de área marítima	
Pag. 2	Caracterização Geral do Espaço Marítimo de Moçambique e Zonas Costeiras Área abrangida pelo POEM		p.2 Para a linha de base, incluir o que significa "em breve" segundo o Governo, e que passos (técnicos e processuais) estão faltando para a referida definição.	
10	A Integração e sobreposição das diversas actividades, usos e funções na zona costeira e espaço marítimo nacional		pag 14, distrito de Matutuine- incluir referencia a Área de Proteção Ambiental de Maputo, criada em Novembro 2020	
16	Condições Naturais do Espaço Marítimo de Moçambique		Caracterização muito importante pois determina a exposição natural das zonas costeiras e comunidades aos respectivos riscos climáticos e riquezas naturais.	
18	Oceanografia		Seria possível inserir uma nota explicando porque Momba é um outlier?	
67	Sismos	1º	Esta informação não é verdadeira, porque até então nunca tinha se registado que de ocorrência de sismo que justificasse tal preocupação	
81	Evolução da Linha de Costa		". De acordo com Moreira (2005) e Palalane et al. (2016) a evolução da faixa costeira moçambicana no passado recente caracteriza-se essencialmente por erosão" pag. 81, alerta muito importante. Fig. 5.50. e muito importante para planificar crescimento das comunidades pesqueiras (fazer ligação com informação PNDT, eg dinâmica populacional) 5.3.3. Fala de Maputo, Inhaca e Ponta do Ouro mas deveria falar de toda a Costa de Maputo a Ponta do Ouro, dada a presença de comunidades pesqueiras e da dinâmica humana	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			com impacto na erosão. 5.3.4. Considerações finais. Parece haver 1 contradição com previsões indicadas no PNDT. Enquanto no PNDT se indica que ao longo do seculo algumas zonas costeiras podem perder ate 500 metros (erosão, subida das aguas do mar) aqui falase de "estabilidade, não contribuem para situações de risco"	
118	Mudanças Climáticas		Info baseada em projecções do INGC.	
119	Vulnerabilidade do litoral		Aqui volta-se a falar dos números do PNDT, como "números controversos" e da vulnerabilidade do litoral. Tendo em conta a importância desta informação para gerir e planificar com a segurança possível assentamentos humanos e infraestruturas nas zonas costeiras, Fig. 5.87 é uma boa indicação de base para as inundações da linha de costa.	
128	Vulnerabilidade dos recursos		Informação muito sumaria mas muito importante. Impacto da subida da temperatura das aguas do mar e diminuição da biodiversidade,	
132	Qualidade Ambiental		" Cerca de 80% da poluição do meio marinho tem origem em terra..."!!! Para informar outras politicas e medidas. A identificação dos sectores/actividades económicos responsáveis ajudará a resolver em terra parte substancial desta poluição. Informação crucial para o quadro legal e fiscal de gestao da poluição marinha e das oportunidades de emprego que pode gerar. A interacção com o MTA e muito importante em ambos os aspectos, legal e fiscal. A interacção com a erosão costeira e a dinâmica populacional e também importante. A fig. 5.9.3. pag 153 pode ser analisada em detalhe na Comissão Consultiva.  Instrumentos e necessidades de gestão podem ser discutidos em conjunto com ProAzul, DINAB e DINOTER para	



Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			<p>eventual implementação e monitoria conjuntas ao nível da província e do distrito.</p> <p>Quadro 5.15., pag. 161, POLMAR, orienta para o dialogo multisectorial.</p> <p>"Instrumentos de âmbito nacional gerais com impacto sobre o sector". Ver comentário acima no capítulo <b>3.2.2. – Legislação Nacional</b>, sobre a elaboração de 1 tabela.</p>	
	5.5.8 Conclusões		"Há necessidade de clarificar o papel da AQUA no quadro do POLMAR". Seria importante envolver o ProAzul nesta discussão dado o seu papel no desenvolvimento de actividades no espaço marítimo.	
<b>TOMO 3 - Usos, Actividades e Funções</b>				
1	Descrição Geral		No geral captados os principais grupos / atividades e funções de uso do espaço marítimo.	
2	Descrição Geral Caracterização		<p>No geral o conteúdo deste pode precisa ser melhorado e Indicar as fontes da descrição feita, incluindo das estatísticas apresentadas ao longo dos ponto 6.1 e 6.2; Seria importante também considerar uma descrição sumarizada a indicar a importância sócio-económica da faixa Costeira para o país e para as comunidades Costeiras; É preciso caracterizar melhor a estrutura social das comunidades Costeiras - distintos entre Sul/Centro e Norte do país (assim como é apresentado não é inconsistente). Também na descrição geral seria desejável uma descrição sumária do tipo, estado geral e distribuição de infraestruturas públicas úteis.</p> <p>A informação da tabela 1 é questionável (e qual é a sua fonte ?). A situação evoluiu bastante. A mulher hoje em dia, sobretudo na zona Sul decide cada vez mais sobre o resultado do seu trabalho.</p> <p>No rol das atividades económicas das comunidades é preciso discutir a “caça”, visto que é uma prática que tem</p>	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			<p>vindo a ser desencorajada e de facto reduzir bastante. A criação animal está cada vez mais a substituir a caça na economia familiar</p> <p>Na caracterização geral...atenção que o papel da mulher na pesca no Sul (dominam a comercialização de pescado e também algumas são proprietárias de pequenas embarcações) é distinta no Norte.</p> <p>Tabela 6.2: Indicar a fonte dos dados e clarificar o entendimento de um centro de desembarque (considerando que esta não é necessariamente uma infraestrutura).</p>	
5	Pescas	2º	O relatório faz menção da existência de <b>1.217 centros de pesca</b> , Censo de 2012 apresenta <b>1586</b> Centros de Pesca, rever os números há divergência nos dados.	
12	6.2.3 Valores (actuais e potenciais)		<p>Ponto sobre o valor económico: Fica-se com a ideia de que no subsector da PPE é medido apenas pelo investimento público realizado (tabela 6.4) e não pela sua contribuição na renda e contas nacionais. Reconhecemos a dificuldade de cálculos nesse sentido dado a limitação da sistematização de dados, mas é preciso pelo menos discutir o aspecto de subvalorização económico do subsector da PPE.</p> <p>Porquê não se discute o valor económico da agricultura sendo ela atividade económica chave na zona costeira ?</p> <p>A análise feita sobre o valor social das atividades económicas na Zona Costeira, não é clara e assertiva. Há que melhorar.</p>	
15	6.2.4 Interação		<p>Indicar de forma clara quais as “atividades que contribuem para a conservação da biodiversidade enquanto dão renda às famílias”.</p> <p>Por outro lado este ponto deveria ser melhor sintetizada indicando as eventuais causas estratégicas que resultam nos conflitos referenciados.</p>	
	6.2.5 Recursos necessários à	2	Parag 2: Na realidade grande parte das embarcações de	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
	sua existência/ desenvolvimento sustentável	3  5  6 e 7	<p>pesca a linha operaram de forma permanente para além das 6 milhas.</p> <p>Parag 3: seria importante elaborar melhor e com alguns exemplos concretos o impacto negativo na PPE resultante do Boom de outras (quais) atividades. No geral parece que está associado as ACs.</p> <p>Parag 5: actualizar a inf. com o ProAzul, pois este objectivo já foi cumprido (janela 1 do Mais peixe) e está em curso na sua vertende de janela 2. Por outro lado, o ProAzul conduziu outras iniciativas neste âmbito por exemplo em Cabo Delgado.</p> <p>Parag 6 e 7: Atenção que a Constituição é claro no que concerne “a propriedade dos recursos naturais”. Pertencem ao Estado (não creio que haja espaço para direitos de propriedade para as comunidades).A discussão aqui tem que ser nas formas de acesso e responsabilização (pelo seu uso) às comunidades.</p> <p>Neste ponto ainda é importante resumir melhor (com o apoio da ADNAP) sobre as iniciativas do FishCC e Swiofish1-MZ para empoderar as comunidades ao acesso e uso responsável dos recursos por vias de áreas de gestão comunitárias, acordos de gestão e planos de gestão locais. O estudo de lições apreendidas do FishCC financiado pelo BM é uma fonte obrigatória para melhorar parte do conteúdo deste ponto.</p>	
20	6.2.6 Instrumentos de gestão		<p>Tabela 6.6: incluir o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores (REPAI). No parágrafo logo a seguir a tabela, clarificar quais os 2 (será ?) instrumentos que se refere serem os únicos que orientam a participação das comunidades na gestão dos recursos Costeiros. Os planos de gestão das pescarias não são considerados instrumentos legais e não deveriam ser listados ?</p>	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			Julgo também que seria importante mencionar as lacunas gerais dos principais instrumentos neste âmbito (p.ex: Lei das Pescas, REPMAR, planos de gestão) e referir o processo em curso de revisão e / ou elaboração de alguns.	
23	6.2.7 Necessidades de gestão		<p>Para permitir uma melhor análise articulada, este ponto deve ser desagregado em subsectores de pesca / aquacultura e agricultura. Assim como está perde-se o essencial em cada um dos subsectores no concernente aos desafios de controle /gestão, esforços em curso e limitantes estruturais, incluindo institucionais e técnicas/humanas, e legais.</p> <p>É erróneo dizer que o maior perigo na conservação da biodiversidade recai sobre a pesca comercial (querem dizer PI ?), pois a realidade no terreno mostra o grande impacto da chamada pesca artesanal e comunidades a ela relacionada (corte massivo de mangal, uso assustador de chicocotas e redes mosquiteiras nos sacos de arrastos para praia, pesca nos estuários, pesca sem licenças, etc.).</p> <p>Em relação a componente Pescas, recomenda-se a leitura do já referido Relatório de lições apreendidas do projecto FisCC; Dos Relatórios dos Estudos no âmbito da proposta (nova) estratégia de MCS e o respectivo Plano de Combate ao IUU. Estes documentos contem recomendações interessantes sobre as necessidades de gestão necessárias nos diferentes subsectores de pesca.</p>	
30	6.3 Soberania, Defesa e Segurança Nacional		<p>Deveria fazer referencia ao papel do Conselho Nacional do Mar e a articulação com o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, tendo em conta que são as FDS o elemento presente em ambos e com um papel muito determinante.</p> <p>Este capítulo levanta 2 questões muito importantes, a observar o seu desenvolvimento: (1) com que meios (equipamentos e financeiros) as FDS irão implementar o</p>	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			papel que lhes é atribuído; (2) formação e capacitação das FDS no âmbito da Economia do Mar/Economia Azul para operacionalizarem o seu mandato, uma vez os meios disponíveis.	
33	Efeito de defesa	2 e 3	Verificar na Constituição da Republica as atribuições do Ministério da Defesa constam no artigo 265. Conjugado com o Decreto 71/16 de 2016 de 30 de Dezembro	
41			Confunde as empresas de segurança marítima marítimas com as empresas de segurança civil, de patrulhamento. Embora o Estado terciariza estas actividades. As empresas privadas alistadas não tem haver com a questão de segurança marítima – É função do Ministério da Defesa fiscalização e patrulhamento	
42	Organização		Retificar a informação que refere que Portugal, doou lanchas, o que na verdade foram “botes”, para fins de busca e salvamento.	
43	Tendências	1	A informação não é verídica, rever a informação junto do MDN, (Ponto focal)	
44	Perspetivas para os próximos 2 anos	1	Retirar o paragrafo, não tem alinhamento ao que se pretende do plano. Questões politicas não fazem parte do objecto de estudo do POEM (crise das dividas ocultas).	
45	Área / Espaço ocupado	1	Incluir lago Niassa nas sub-Bases; Retificar o MDN não tem Batalhão de artilharia costeira; O MDN não tem Unidade de mergulhadores independente, os mergulhadores são tutelados pela Mecânica Naval.  Sub base Naval de Tete situa-se na Cidade de Tete e não na Albufeira, na albufeira existem apenas uma posição.	
54 – 55			Autoridade marítima que se recomenda para Moç. Não é aplicável, conflitua com a Lei do mar. FAD tenciona criar uma estratégia de segurança marítima.	
59			Autoridade marítima nacional, proposta, não está prevista na	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			proposta de decreto que cria o Conselho Nacional do Mar - CNM, o que contraria a composição do CNM.	
54	Criar uma estratégia nacional de Segurança marítima		Esta proposta não se alinha com as perspectivas do Sector que esta a criar uma <b>Estratégia Naval</b>	
59	Outros planos de Ordenamento e gestão de carácter mais abrangente	2	Rectificar a informação sobre a criação da Autoridade Marítima, não começou em 2012, mas sim, deu inicio em 1996, pelo MTC.	
60			Rectificar o conceito de autoridade marítima e o Sistema, Diz que a Marinha de Guerra deve ser responsável pela Autoridade Marítima Nacional. O Sistema de Autoridade Marítima, ainda por criar, pressupõe um nível ministerial, e não inclui a marinha de guerra nesta autoridade.	
61		2	Deve dotar de meios ao Sistema, pela Lei essa deve ser a suposição, isto é, quem deve ser dotado de meios é a autoridade marítima e não o sistema...	
67	<b>6.4 Biodiversidade, Ecossistemas e Áreas de Conservação</b>		Áreas de Conservação: fazer maior referencia ao papel da ANAC e seu papel na gestão destas áreas. Para as áreas de Protecção Ambiental, assim como KBAs, que são tutela de MITA, será eventualmente útil pensar na elaboração ou finalização dos respectivos planos de gestão, aos quais o POEM devera então fazer referencia. No caso de intervenção conjunta (MIMAIP/MTA/outros) desenvolver-se-á então um plano de ação conjunto.  A fazer aqui especial atenção nos mapas de conflitos de uso, uma vez que, como se observou no PNDT, há áreas de conservação e protecção ambiental, assim como áreas ambientalmente frágeis. com licenças de pesquisa e/ou exploração mineira etc.	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
68		4	Fazem listagem de varias áreas de conservação, recomenda-se fazer referencia dos decretos da sua criação (decretos que criam as aéreas de conservação)  Habitat critico, como definir se é critico ou não para evitar diferentes interpretações	
71			Actualizar informação sobre população viável de dugongos em Bazaruto. Se realmente esta população é viável, estudo foi de 2012, é antigo.	
	Tubaroe e raias	1	Indicar a fonte que fala de 153 espécies de elasmobrânquios; Tubarões e Raias Número de espécies – não existe referencia nesta sessão, fonte de informação	
74	Moluscos	1	Decreto 45/2006 de 30 de novembro, dizer sobre o que trata este decreto.	
75	Crustáceos		Deve-se fazer referencia a autoridade científica que trata sobre esta matéria - o IIP	
76	Recife de Corais	2º	Problemas que afectam os corais em Moçambique (o termo não é autoridade turística irregular) significa que “não existe lei e politicas sobre o assunto”, dizem que é actividade turística desregulada.	
77			Actualizar a figura 6.3, sobre distribuição de recifes de coral, a referencia de 2008 é ultrapassado	
80	Dunas		Incluem as lagoas costeiras e dunas parabólicas, recomenda-se a separação dos 2 ecossistemas e descrever. E elaborar mais problemas actuais, exemplo a construção de instâncias turísticas onde existem lagoas costeiras por exemplo no Bilene, que podem trazer impactos negativos aos ecossistemas (tanto para parabólicas e lagoas costeiras).	
91	Valor Econimico		Ultimo paragrafo, é especulação. Importância das aereas de conservação – se não encontrarem evidencias sobre esta informação sugere-se que se retire o	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			paragrafo	
92			Valor social ver figura 6.7 fazer a referencia no texto das figuras (isto deve ser incluindo com comentarios gerais.	
109			Tabela 6.14, harmonizar com o texto, deve-se incluir uma coluna sobre nomes vulgares e nomes das especies. Para harmonizar com os nomes que estão no texto. Valor social dos ecossistemas, nao identificam quais sao esses ecossistemas	
114	6.5 PESCAS 6.5.1 Descrição Geral		Política pesqueira apesar dos seus desafios e objectivos prevalecerem ela é muito antiga e precisa ser actualizado. Na verdade, o sector pesqueiro Moçambicano precisa de políticas públicas mãos consistentes com a realidade e dinâmica económica actual (os subsectores competem quase que ferozmente em vez de se complementar). <b>É preciso mencionar aqui que tanto o REPMAR como o REPAI e RPDR estão em processo de revisão, como também estão os Planos de Gestão das pescarias de camarão de superfície e o de Demersais a linha, para além de elaboração do plano de Crustáceos de profundidade.</b> Tenho dúvidas que a legislação pesqueira nacional “seja interpretada em linha com as directivas da IOTC e SWIOFC” como se refere. Aliás ainda há muitos aspectos recomendados por estes, e outros fóruns regionais e internacionais, que precisam ser devidamente enquadrados na legislação nacional (o REPMAR em revisão parece que procura colmatar alguns aspectos, não ?) Atenção que por força da Lei das Pescas em vigor, formalmente a CAP já não existe e foi substituída por uma Comissão interministerial de alto nível (CNAP), que na pratica desde a aprovação da referida Lei nunca foi	



Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			operacionalizado. Porquê não se privilegiou os dados do Anuário estatístico do MIMAIP (2006-2017/8) que considero ser o documento oficial que agregada os dados (de produção, exportações, etc.) de diversas fontes do sector ?	
116	6.5.2 Caracterização das pescarias & Pressões e Ameaças		<p><b>Caracterização:</b> Seria interessante definir parâmetros para caracterizar as diferentes pescarias (e assim permitir a necessária comparação), por exemplo sobre as características das frotas, evolução do licenciamento, zonas de operações, natureza dos investimentos, mercado(s) principal, importâncias económica (produção, exportações, empregos, valor/contribuição económica e social), estado de exploração e impactos ambientais, interações necessárias com a PA e com outras atividades / sectores, etc. Da maneira como está a análise está desequilibrada, sendo o exemplo mais gritante a pescaria de Atum (que não é mencionada antes no grupo dos recursos importantes) aqui tratada de forma bastante superficial <b>(e o MIMAIP tem informação / dados suficientes necessários).</b></p> <p>Nesta base poderia se combinar este ponto (caracterização) com o ponto sobre <b>Descrição da Atividade, Uso / Funções, tendências e uso de espaços</b>, facilitando assim a leitura e análise da componente no geral.</p> <p><b>Ponto sobre pressões e ameaças:</b> A análise sobre as pressões e ameaças neste sector deve incluir motivações e causas para além dos listados / tratados no documento (sobre pesca na PI, uso de chicocotas e quinias, etc). Questões como decisões que contrariam as recomendações dos planos de gestão (licenciar + do que o recomendado), dificuldades de controlar as operações de pesca no mar, limitações logísticas para fiscalizar (de pesca e de corte de</p>	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			mangal) e licenciar as atividades em zonas remotas etc. devem ser consideradas nesta análise.	
120	Pecas	Acima do quadro	Os planos de gestão de estão em uso desde 2014, não 2007 como refere no relatório	
129			O texto não tem concordancia com as tabelas retificar no titulo da tabela 6.18	
139			Quadro 6.23 Numeros 11,18,19 São Direccoes Nacionais??????	
140			A Estratégia Nacional de desenvolvimento foi aprovada em 2014 pelo MPD. MEF 2014 não existia esta instituição.	
143			Tabela 6.28 ou 6.27 colocar informação recente	
144			Nas tabelas e graficos não vem reflectido o espaço temporal, devem ser uniformizada as tabelas, a descrição das tabelas e graficos deve ser a coerente com a informação do texto.	
148	6.5.3 Valores (actuais e potenciais)		O valor económico das principais pescarias não é devidamente tratado e de forma desagregada. É difícil perceber por exemplo qual é a contribuição real da pescaria de pequenos pelágicos, dos crustáceos de profundidade, dos Demersais e do atum. Não sendo claro qual é o valor (e contribuição) económico e social de cada pescaria difícil será difícil para o MIMAIP no futuro justificar por exemplo a necessidade de reserva das respectivas áreas de produção no contexto de uma análise global de necessidades de investimentos e desenvolvimento das atividades que ocorrem no espaço marítimo.	
153			Tabela 6.34, citar fontes actualizadas 2012 esta ultrapassado. Há também desalinhamento entre o número de centros de pescas mencionados no texto, com os que constam na tabela. Há que verificar bem os números de centros de pescas referenciados, pag 5 (1217 centros)	
154	Pesca semi-industrial Marinha	1	O Texto fala de desembarque feitos entre o período 2005 ate 2019, e referenciam uma tabela 6.35 que só apresenta	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			dados de 2006 a 2017.	
158	6.5.4 Interação		A questão dos impactos sobre o meio ambiente já comentado anteriormente	
161	6.5.5 Recursos necessários à sua existência desenvolvimento sustentável		Ao longo dos anos o sector tem feito um grande esforço em formar e capacitar tanto o quadro técnico como fazer a capacitação das comunidades pesqueiras em matérias de boas praticas de pesca e de conservação de pescado. Talvez seja necessário é avaliar se as estratégias dessas avaliações são os mais adequados. O SwioFish1-MZ providenciou recursos financeiros para a contratação de provedores de serviços (no caso a WWF e Rare) para apoiarem no desenho de planos e manuais de formação de quadros técnicos e capacitação das comunidades ajustados aos desafios actuais de mobilização para acções colectivas. Igualmente o SwioFish1-MZ financiou consultorias para estudos sobre os desembarcadouros para apoiar a PA, bem como para elaboração de um Plano Director de Infra-estruturas para o sector pesqueiro. Em ambos os casos o desafio seguinte é a mobilização de recursos financeiros para a sua materialização.	
162 e 166	6.5.6 Instrumentos de gestão 6.5.7 Necessidades de gestão		O conteúdo deste ponto precisa ser devidamente melhorado e enriquecido. Como referido anteriormente há uma série de iniciativas realizadas ou em curso (estudos da estratégia de MCS, processo elaboração de planos de gestão de algumas pescarias, revisão do REPMAR, estratégia de atum, Medidas de Estado de Porto, etc) que podem informar para um melhor conteúdo aqui.	
167	Interesse em potenciar a integração numa rede		Escrever bem o nome da SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral	
177			Escrever correctamente Sussundeca	
186			O PES de 2018, estima para 2019	
			EN7, estrada Nacional via Vanduze	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
191	Espaços ocupados		Deve ser, segundo a proposta do EPADA, porque ainda não foi aprovada a Estratégia. Segundo a proposta é estratégia e o Plano de Acção	
193			Escrever bem a sigla PARP – retirar a letra A no fim da palavra	
204	6.7 Infraestruturas Portuárias e Transporte Marítimo		Porto de Techobanine: verificar a sua viabilidade ambiental, uma vez que agora esta dentro da APA  O Portos e Transporte Marítimo, tem 4 grandes operadores: CFM, Dubai Ports/MPLC (Maputo) e Port of Rotterdam / Cornelder (Beira) e CDN (Nacala). Dada a dimensão global do Dubai Ports e do Port of Rotterdam, seria útil conhecer os respectivos programas ambientais e sociais, uma vez que podem ser discutidos com o MIMAIP como possíveis replicas em Moz	
208			Figura 6.24 complexo portuario de Maputo o mapa não está visível, deve se melhorar os mapas (O mapa deve mostrar Moçambique objecto de estudo, coloca-lo a escala de Maputo, com mapa de urbanização a boa escala.	
209	Descrição dos principais portos		Figra 6.24, melhorar o mapa fazer a escala do país ou mesmo a escala de Maputo, que mostra uma visualização detalhada. Apresentar a escala apropriada. (mesmo comentário é valido para todos os portos, Nacala, beira, Nacala-a-velha mocimboa da praia, etc)	
213			Via nova Vanduze é cruzamento de Vanduze	
214	Porto da Beira		Actualizar a informação, o porto tem 13 cais	
243	Porto de Macuse	2º	Actualizar a informação os CFM já não fazem parte da sociedade, venderam os 20% e a designação, rever a designação da sociedade.  Porto de Moatize a informação deve ser actualizada a informação referente ao Porto de Maputo. Mapa de dados	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			incluir patrimónios e dados.	
244	Porto de Techobanine		Melhorar a figura 6.47, que não é visual e inapropriada para representar o porto. Solicitar no departamento de património e Engenharias nos CFM.	
245	Porto de Chongoene	1º e 2º	Retirar o texto sobre este porto pois esta informação não tem fundamento nenhum, aproximar-se ao MTC para buscar informação fiável sobre proostas de construção de futuros portos.	
255	Cabotagem	2º	A criação dos órgão regulador dos Trasportes marítimos e portos deve aparecer como uma proposta. Ultimo paragrafo a informação que consta neste paragrafo não está concluída, a mesma deve aparecer em forma de proposta ou melhor é uma actividade que está para ser implementada.	
268	6.8 Obras de Protecção Costeira		<p>“Pressões e ameaças. Pelas razões descritas acima, a adopção de uma estratégia de intervenção na faixa costeira com recurso a estruturas de defesa artificiais pesadas configura uma pressão sobre o ambiente costeiro que não elimina os problemas que motivam a sua implementação. “</p> <p>Ter em conta que as infraestruturas costeiras dependem e impactam das mudanças climáticas (erosão, correntes), sendo por isso essencial bons estudos de base e projectos para a sua construção sólida e duração no tempo, combinando projectos de infraestruturas grey/green. Tal como acima, dada a experiencia dos operadores, a partilha dos seus conhecimentos e experiencias em gestão e protecção de infra-estruturas costeiras, pode ser uma enorme vantagem para Moçambique e uma contribuição da parceria dos operadores.</p>	
281	6.9 Turismo e Recreio		Interacção e recursos são dois parágrafos determinantes no uso seguinte desta caracterização – alias em todos os	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			sectores económicos deste tomo. Seria útil que por distrito ou província, estas caracterizações pudessem vir a ser combinadas de forma a informar os planos provinciais e distritais de desenvolvimento, de uma forma integrada e complementar, que facilita as decisões estratégicas de investimentos sustentáveis, resilientes e inclusivos.	
281	Turismo e recreio		Relatório fala de 26% da área do país é área de conservação marinha.	
284		1	É irrelevante trazer aqui, informação de ataques em Cabo Delgado	
306	turismo		Tabelas 6.5 a 6.68 repetem-se nas paginas seguintes	
325	6.10 Património Cultural, Arquitectónico e Arqueológico		<p><b>“Em Moçambique não está ainda aproveitado e desenvolvido de forma coordenada o potencial do património cultural marítimo para fins turísticos, apesar de...”</b>, <b>“Planos de ordenamento e gestão específicos</b> “</p> <p>Descrição sucinta e abrangente do Património. Quadros incluídos neste capítulo podem facilitar uma parceria estratégica plano de acção com o Ministério da Cultura e Turismo para dinamizar áreas culturais chave próximas de comunidades piscatórias a desenvolver.</p>	
	Recursos Minerais – Caracterização do recurso?		Mistura mapas sobre concessões mineiras e distribuição de hidrocarbonetos, recomenda-se a produção de mapas separados, depois pode se apresentar mapas agregados.	
393	6.11 Recursos Minerais 6.12 Recursos Energéticos: Pesquisa, Produção Futura e Utilização de Hidrocarbonetos		Tal como no sector dos Transportes (e abaixo da energia) as interacções e os impactos são grandes, mas os operadores são também entidades técnica e financeiramente capazes de oferecer ao país os melhores trade-offs para um desenvolvimento económico sustentável e amigo do ambiente. Assim a importância de um mapa de conflitos/diversidade de usos sobre as zonas costeiras,	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			<p>chamando a atenção para maiores concentrações do recurso, valor económico, impactos e possíveis contrabalanços, são a grande mais valia que pode derivar do PÕEM, para permitir ao MIMAIP, ao Conselho do Mar e ao Governo em geral a tomada de decisões que contribuem para todos os sectores.</p> <p>A articulação entre os vários IOTs , as prevalências ambientais e de Segurança e a Agenda 2030, poderão assim ser simultaneamente atendidas, melhor contribuindo para os objectivos do PQG.</p> <p>Tambem, se as agendas de desenvolvimento sustentável e social (RSC, que deve incluir apoio á investigação científica) dos grandes operados no espaço marítimo, forem igualmente aplicadas em Moçambique, será uma vantagem para o ponto acima, podendo eventualmente isso implicar a revisão do quadro legal actual e a uma maior articulação entre MIMAIP, MEF, MTA e os outros ministérios sectoriais.</p>	
Pag. 410			Apresenta um gráfico com dados até ao ano 2012 deve, procurar fontes recentes, que trazem informação até pelo menos até 2018.	
			<p>A tabela tabela 6.2, apresenta pouca informação, deve procurar dados actualizados que vão permitir trazer depósitos de diferentes minerais (quadro 6.2)</p> <p>Dados recentes e actualizados podem ser obtidos junto do Inst. Nac. Minas, dados de 2004, são ultrapassados.</p>	
503			Não existe a Política nacional de Aguas 1 e 2, apenas Política de Aguas de 2017	
Pag. 511			Apresenta um sub-título sobre recursos hídricos, não percebe-se o que pretende trazer aqui	
			No que diz respeito a produção de energia, o potencial	

Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
			apresentado no relatório é muito menor do que o existente no país. Tratando-se de informação sobre recursos hídricos, deve-se consultar o Sector de águas Cruzar a informação, (Dir. Nac. Energia com dados da DNGRH - MOPHRH), .	
551	Investigação Científica – necessidades de Gestão	1	Retirar o paragrafo	
	<b>TOMO 4 - AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS</b>			
25	7.4.3 Protecção do Ambiente	1	Não são 130 municípios mas sim 64, corrigir Poluição é um dos indicadores da da qualidade Ambiental, tirar a palavra poluição, no primeiro. Rever o primeiro período do paragrafo, traz informação incoerente e mostra que essa informação não buscou numa fonte credível. Citar a fonte.	
27			Enumerar os tais uso, rever dados demográficos, e verificar o número dos distritos costeiros os distritos costeiros d	
25		2º	Rever os temos cidade formal e informal, não são de uso nacional, fala de aterros, não temos aterros mas sim lixeiras.	
23		3º	Rever o paragrafo todo, não se entende o que pretende transmitir.	
50 e 51	Referencia Bi		Mair parte das citações feitas ao longo do texto não aparecem nas referencias Bibliograficas Não é correcto trazer como referencia o discurso do PR	
35		1º	Citação não adequada	



Página	Capítulo / Tema	Parágrafos	Comentário	Observação
37		4º		
47	Investigação científica	4º	Incluir estuários e deltas, nas áreas de investigação que constatou. Particularmente no que refer aos caudais para manutenção de espécies marinhas.	
6	Economia de Moçambique		Deve estar patente a o Sector da agricultura, falar de desenvolvimentos futuros, De forma global não aparece a representação da contribuição desses sectores para a economia. Todas áreas devem ilustrar com números com tabelas de comparação, muito texto e pouca ilustração daquilo que se fala – não há nenhuma indicação sobre o desenvolvimento do futuro. Pronunciamento do desenvolvimento da agricultura nos próximos anos.	
43	Recursos energéticos	2º	Faz referencia ao atlas de energias renováveis mas, sem citar o ano,	
45		8º	Não há venda de licenças, mas sim atribuição ou transmissão de licenças de pesquisa, retirada do INP, deixar apenas o MIREME.	
55		2º	Na listagem das áreas temáticas feitas, propõe-se a organização das áreas temáticas, agrupando as em categorias, há algumas actividades que não são áreas temáticas Ex. exploração mineira, produção de energia, clima, etc	
46	Investigação científica	3º	Obedecer hierarquia na designação das instituições dedicadas a investigação científica marinha, de incluir também o IIP	
531			Proposta Investigação Científica devia-se fazer a investigação Marinha, segundo o ultimo decreto aprovado pelo IIP, recomenda que a instituição tenha navios de investigação para melhor desempenho da actividade, não só a investigação marinha feita pelos alguns privados chega a ser uma ameaça a soberania.	

